

O Livre Acesso a dados Primários deve ser um Direito

por Rafael Guerreiro Osorio, Centro Internacional de Pobreza

Poucas coisas são tão importantes para o desenvolvimento como a disponibilidade de dados e acesso irrestrito. Sem dados, não pode haver avaliação das necessidades. Mal será possível a concepção de políticas eficazes ou executar, controlar e avaliá-las. Os dados não são importantes só para os governos. A democracia significa transparência das ações governamentais e da responsabilização dos governos para com a sociedade. A disponibilidade de dados provenientes de fontes confiáveis é um passo para atingir esses objetivos.

Os países diferem consideravelmente na produção de dados, bem como nas suas políticas de divulgação de dados. Tanto a produção como a difusão dos dados influencia as capacidades dos países para empreender o planejamento do desenvolvimento. A disponibilidade de dados e o acesso livre também determinam a medida em que os eleitores podem avaliar o desempenho dos governos e das suas políticas. A falta de capacidade para produzir dados pode ter várias causas desculpáveis, mas as políticas restritivas da divulgação dos dados não tem nenhuma. Desde que o anonimato dos indivíduos e das empresas seja garantido, todos os dados devem estar disponíveis em domínio público.

Os governos são geralmente os principais produtores de dados primários. As fontes de dados primários mais comuns são registros administrativos, censos e pesquisas. É a partir desses dados primários que os indicadores são calculados. Muitos governos divulgam indicadores, mas não os dados primários. Os governos que negam o acesso a dados primários impõem restrições de muitas maneiras. Alguns simplesmente não concedem o acesso a todos; alguns não concedem acesso algum, outros concedem acesso apenas a alguns funcionários do governo; alguns concedem acesso apenas quando encarregam alguém de uma consultoria ou quando recebem algo em troca; alguns cobrar taxas muito altas. Ao restringir o acesso a dados primários, os governos se asseguram de que os seus indicadores não serão contestados. Além disso, as deficiências em políticas públicas que eles não querem ver expostas são mantidas secretas.

Durante muito tempo, houve limitações tecnológicas relativas à divulgação e utilização dos dados. A divulgação dos dados era cara, como também o eram os instrumentos analíticos. Em alguns casos, a falta de tecnologia e custos elevados podem ter sido utilizados como pretextos para restringir a disponibilidade dos dados primários. O progresso tecnológico mudou isso, e hoje quase não existem limites à difusão de dados. Na maioria dos países, os computadores pessoais baratos e acesso à internet estão se tornando generalizados, dotando os indivíduos de capacidade de processamento que, já foi uma vez associada aos supercomputadores.

Os governos perdem quando restringem o acesso a dados primários. Em todo o mundo, pesquisadores em crescente número estão ansiosos para adquirir esses dados. Seja por causa da concorrência acadêmica que exige deles que publiquem artigos, ou porque queiram ter algo a dizer em um processo de tomada de decisão, o acesso aos dados primários permite-lhes testar suas hipóteses sobre o opções de política de desenvolvimento. Cada análise torna-se uma consultoria gratuita em potencial com opiniões específicas. Por isso, em vez de encomendar uma dispendiosa consultoria e receber uma análise única, os países que divulgam dados primários podem adquirir um cardápio completo de opções de políticas públicas gratuitamente.

Felizmente, alguns governos têm reconhecido as vantagens da divulgação de dados primários e começaram a permitir o acesso a conjuntos de dados. Mas não é suficiente tornar os dados disponíveis se a informação não é utilizável. A divulgação de pacotes de dados primários deve conter os próprios dados e os metadados, a informação sobre a forma como os dados foram produzidos. Os dados devem ser divulgados em formatos de arquivo padronizados, abertos(não-proprietários). Os metadados devem incluir a descrição dos arquivos de dados, cópias dos formulários ou questionários utilizados na coleta de dados, cópias das instruções de preenchimento dos formulários ou manuais de entrevista, e no caso de pesquisas e censos, documentos metodológicos abrangentes.

Existem muitos bons exemplos de divulgação de dados primários. Merece destaque o das *Demographic and Health Surveys* [Pesquisas Demográficas e de Saúde] (www.measuredhs.com). A *Statistics South Africa* [Estatísticas da África do Sul] tem feito um trabalho notável no sentido de tornar muitas das suas pesquisas disponíveis para serem baixadas livremente, com bastante metadados (www.statssa.gov.za). O Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério da Saúde do Brasil é uma história de sucesso na divulgação de dados primários a partir de registros administrativos (www.datasus.gov.br).

Na América Latina, muitos departamentos estatísticos começaram a oferecer gratuitamente a transferência de arquivos de conjuntos de dados de pesquisas domiciliares: os da Bolívia, Equador, Honduras, México, Peru e Uruguai, por exemplo, já fazem isso. Alguns ainda têm que trabalhar sobre a abrangência dos metadados, especialmente para os dados mais antigos, mas a iniciativa desses países é louvável.

Quanto mais pessoas tiverem acesso aos dados primários, mais análises serão geradas, mais idéias vão surgir, bem como a qualidade do debate sobre opções do desenvolvimento irá melhorar. A democracia vai beneficiar-se de uma maior prestação pública de contas das ações governamentais e do aumento da participação plural. Além disso, dados primários não devem ser visto como a propriedade dos governos, mas como um patrimônio da sociedade. O livre acesso a dados primários deve ser visto como um direito fundamental, não como uma concessão.